

ESCALA GEOGRÁFICA E TRANSNACIONALIZAÇÃO: análise sobre movimentos sociais e de mulheres¹

Dominique Masson

Os geógrafos políticos e humanos têm criticado a tendência acadêmica, verificada no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais, de negligenciar as dimensões espaciais da ação coletiva. Essa crítica também se mantém em relação aos estudos feministas relativos aos movimentos de mulheres. Apesar das várias alusões à existência da dimensão espacial e de *escalas* da ação coletiva, tais como o local e o regional, o paroquial, o comunitário e a vizinhança, o nacional e o global, a noção de espaço em si é tratada como um simples significador geográfico, ou seja, como um compartimento não problematizado de processos, tendo um papel apenas descritivo do sítio, cena ou pano de fundo (Sewell, 2001). As resenhas sobre a literatura especializada, realizadas por Miller (2000) e Sewell (2001), mostram claramente que o

campo de estudos de movimentos sociais permaneceu, em grande parte, afastado das polêmicas relacionadas ao *espaço* e à *diferenciação espacial*. “Não há nenhum reconhecimento”, Miller escreve, “de que a constituição espacial” de processos de ação coletiva “afeta profundamente a sua operação” (2000, p. 6). Exceto, talvez, no estudo de movimentos urbanos, o espaço não foi até agora teorizado nas investigações sobre movimentos sociais e, conseqüentemente, o potencial analítico das conceitualizações espaciais permaneceu subutilizado. Nessa perspectiva, este artigo pretende explorar o potencial de novas contribuições da geografia política e humana que coloque a questão da *escala*² em primeiro plano, como uma dimensão espacial central dos processos pelos quais se realiza a transnacionalização da ação coletiva.

A noção de *escala* apareceu recentemente no vocabulário teórico de estudiosos de movimentos sociais e mulheres, à medida que esses movimentos se europeizaram, internacionalizaram ou

¹ Este artigo é uma versão mais reduzida do texto apresentado no seminário “*Transnacionalização de solidariedades e os movimentos feministas*”, Universidade de Montreal, 27-28 de abril de 2006. Eu gostaria de agradecer aos organizadores e participantes do seminário pela oportunidade de refletir sobre as questões apresentadas neste artigo. Agradeço, também, aos colegas membros do grupo de leitura relativo à temática *escala e reescalamento* da Universidade de Carleton e a Universidade de Ottawa (Canadá).

² N. Editor: ver a definição da noção de *escala* usada pela autora, na parte Espaço, escala e lugar deste artigo.

transnacionalizaram de vários modos e nas mais recentes décadas (Tarrow ; McAdam, 2005; Dufour ; Giraud, 2004). Contudo, se o termo adquiriu alguma presença nesses círculos mais amplos, continua a ter pouca articulação com os sofisticados argumentos geográficos existentes a respeito da *escala e do reescalonamento*. Na própria literatura geográfica, a transnacionalização de movimentos sociais estimulou recentemente uma série de trabalhos que puseram a *escala* no centro das suas pesquisas. Porém, essa literatura ainda não se debruçou mais detidamente sobre os estudos dos movimentos de mulheres. Este artigo, assim, tem dois intentos. Dentro do objetivo mais amplo de destacar o interesse que um foco de *escala* geográfica apresenta para o estudo da transnacionalização dos movimentos sociais, pretende-se apresentar, em primeiro lugar, as questões e contribuições teóricas e empíricas que surgem no trabalho geográfico mais recente sobre movimentos transnacionais em *escala* e, em segundo, visa a apresentar a agenda de pesquisa que essas questões sugerem para as feministas e outros pesquisadores mais interessados especificamente sobre os movimentos de mulheres.

A primeira parte do artigo esboça as principais questões teóricas que estiveram na base das atuais abordagens sobre a *escala* da transnacionalização da ação coletiva, na literatura geográfica, particularmente os conceitos relacionados a *espaço, escala e lugar*. A segunda parte do artigo explora a utilidade da abordagem da *escala*, apoiada em recentes estudos geográficos e pesquisas de vários movimentos, redes, organizações e eventos transnacionais que tomam a *escala* em primeiro plano. Essa exploração se baseia nos modos pelos quais o foco na *escala* significa lançar uma nova luz à nossa compreensão de três processos distintos de ação coletiva – organização, ação e reivindicação –, na medida em que tais processos são entendidos para além dos limites nacionais e mesmo a extensões espaciais mais abrangentes. A fim de ilustrar o potencial de tal abordagem, foram tomados como exemplos alguns trabalhos de feministas. As implicações da transnacionalização dos

movimentos de mulheres são apresentadas ao longo do texto e sintetizadas na conclusão.

ESPAÇO, ESCALA E LUGAR

Pensar em movimentos transnacionais com foco na noção de *escala* requer, como o resto deste artigo deixará claro, uma teorização adicional sobre a noção de *lugar*. Sendo ambos os conceitos, o de *escala* e o de *lugar*, de natureza espacial, importa começar especificando brevemente o tipo de compreensão de *espaço* que deles deriva.

Espaço é um conceito central no trabalho geográfico e foi teorizado historicamente de várias maneiras.³ Desde a metade dos anos 1980, na geografia humana, sob influência de Lefebvre,⁴ formou-se um consenso em torno da noção de *espaço* como produto das relações sociais. Nessa visão, as relações sociais são formadoras do espaço: os processos sociais acontecem no espaço, desdobram-se pelo espaço e, assim o fazendo, dão forma ao próprio espaço, verificado em termos da distribuição espacial de pessoas e atividades, da diferenciação geográfica e dos significados simbólicos ligados ao espaço. Essa perspectiva envolve a premissa de que todas as relações sociais são necessariamente espacializadas – elas desdobram-se pelo espaço e acontecem dentro dele – e isso se aplica também à atividade dos movimentos sociais. Ora, se é possível concordar com a premissa de que as atividades dos movimentos sociais são necessariamente espacializadas, resta saber por que essa perspectiva tem interesse analítico particular para as feministas e para outros pesquisadores de movimento sociais? As relações sociais não são apenas formadoras do espaço; elas também são espacializadas de uma dada maneira, contingente ao espaço (Feldman, 2002, p. 32). “As distribuições espaciais e a diferenciação geográfica podem ser o resultado de processos sociais, mas elas tam-

³ Ver revisão em Miller, 2000, p. 7-14

⁴ Da obra de Henri Lefebvre, ver em particular “*The Production of Space*” (1974).

bém afetam o modo pelo qual estes processos funcionam”, diz Miller (2000, p. 10). Por essa razão, Massey argumenta que “também é importante que outros cientistas sociais levem em consideração o fato de que os processos por eles estudados são construídos, reproduzidos e modificados de modo que envolvem necessariamente diferenciação espacial, movimento e distância.” (*apud* Miller, 2000, p. 10). Em resumo, se os processos e relações sociais que conformam as atividades e a organização dos movimentos sociais não só se estendem pelo espaço mas dele dependem, então o espaço e outras dimensões espaciais de ação coletiva são efetivamente importantes para o estudo das políticas dos movimentos: essas dimensões espaciais fazem “parte da explicação” (Miller, 2000, p. 10).

Adotar essa compreensão analítica do papel e importância da *escala* na negociação e na política relativas aos movimentos sociais complica-se pelos usos habitualmente dados, nas ciências sociais, à noção de *escala*, passando das escalas menores para as maiores, quer dizer, do local para o regional, do nacional e para o chamado global. Nessa concepção, amplamente dominante, como argumentam os geógrafos, as *escalas* aparecem como compartimentos pré-determinados, fixos e vazios para os processos sociais nos quais eles não têm qualquer papel real. Embora existam diferentes modos de teorizar e operacionalizar as *escalas* na nova literatura geográfica, sobre o tema da *escala* e *reescalamento*,⁵ um modo útil de entender essa noção é vê-la, primeiramente, como uma propriedade espacial das relações sociais. As relações sociais não só se estendem *dentro do* espaço; os diferentes processos econômicos e políticos que organizam as relações sociais e a vida social *se abrangem por diferentes (e variáveis) extensões do espaço*. A difusão dessa abrangência é sua *escala*. O principal ponto a reter-se dessa formulação é que a escala não deve ser pensada dentro de um vazio ou abstratamente, mas sempre como uma dimensão dos processos sociais (Swyngedouw,

1997b, p. 41; Masson, 2005, p. 16). Isso nos sugere, minimamente, que nossa atenção deve voltar-se para o que acontece nas relações e processos que constituem os movimentos sociais, à medida que tais processos são estendidos ou comprimidos por atores coletivos, e especialmente à medida que eles se hiperestendem transnacionalmente, sobre extensões espaciais cada vez maiores.

Além disso, a *escala* pode ser melhor definida, de acordo com Agnew, como “a situação de foco na qual os limites espaciais são definidos para uma reivindicação, atividade ou comportamento social específicos” (1997, p. 100), indicando, assim, que desenvolvimentos de *escalas* propriamente ditos são organizados ativamente pelos agentes sociais que concebem a ação e a definição. Muito da investigação geográfica sobre a construção de *escala* foi focalizada em processos de regulação política e produção capitalista. Por conseguinte, o papel de tais atores sociais importantes, como o capital e os Estados, foi destacado em primeiro plano no fazer e refazer *escalas*. Nessa perspectiva, o capital e os Estados são vistos como os responsáveis pela “fixação” temporária de *escalas* prioritárias de regulação política e relações econômicas (Brenner, 1999), como também para momentos, como o atual, de *reescalamento*; quer dizer, de reconfiguração profunda de hierarquias entre *escalas* e de desenvolvimentos de *escalas* existentes (Swyngedouw, 1997a; Brenner, 1999; MacLeod; Goodwin, 1999). Embora os movimentos sociais tenham sido objeto de menor atenção nessa literatura, mostrou-se que eles também se empenham em desdobrar-se em *escalas*, organizando-se e mobilizando-se em diferentes *escalas* geográficas. Argumentou-se que os movimentos sociais criam e recriam, ativamente, as *escalas* da ação coletiva (Herod, 1997; Miller, 1997; Conway, 2005; Masson, 2005). Desse modo, não só eles se ligam com frequência às “constantes *escalas*” existentes ou ao *reescalamento* de projetos de atores estatais e econômicos dominantes, mas também podem desenvolver sua(s) própria(s) lógica(s) relativa(s) ao desdobramento da *escala*, engendrando-as novamente ou alinhando-se com *escalas* (defi-

⁵ Para uma breve resenha e indicações bibliográficas, ver Mamadouh *et al.* (2004, p. 455-457).

nidas de várias maneiras) de, por exemplo, pertencimento e identidades, dano ambiental ou justiça social (Kurtz, 2003; Torres, 2004; Silvern, 1999). Procurar a abordagem construtivista para a escala, sugerida pelos novos desenvolvimentos em geografia política e humana, chama nossa atenção para processos como escalonamento e reescalonamento da ação coletiva e, em particular, para a construção da escala do “transnacional”, por meio da ação do movimento social e dentro dela.

Finalmente, a noção de *lugar* é freqüentemente de importância central na literatura geográfica sobre movimentos transnacionais. Esse foco no *lugar* expressa uma profunda relutância conceitual em separar redes, participantes e eventos transnacionais de suas balizas territoriais. Como qualquer outra forma de produção de globalidades, a formação da ação coletiva transnacional deve ser vista, para estender um argumento feito por Flusty, “como inserida tanto no espaço, quanto nas vidas de pessoas de lugares específicos” (2004, p. 7). Uma abordagem da transnacionalização baseada em redes traz uma linha de raciocínio de alguma forma semelhante: as redes abrangem várias direções por extensões espaciais mais ou menos vastas; contudo, cada ponto na rede está em um lugar particular (Latour *apud* Miller, 2005). É imperativo notar que o *lugar* não equivale ao *local*. Os *lugares* são unidades de análise e, assim, podem ser fixados pelo analista em escalas variadas. Um modo útil de entender a noção de *lugar* é disponibilizado por Doreen Massey (1994). Na sua visão, um *lugar* deveria ser teorizado como um *locus* e um momento em que relações culturais, políticas e econômicas, cada uma plena de poder e com estruturas internas de dominação (p. 154), e construídas em várias escalas, têm interseção “em uma *mistura* distinta de relações sociais mais amplas e mais locais” (p. 156, itálicos de Massey). *Lugar*, assim, pode ser visto como a maneira de um geógrafo reintroduzir o espaço, as espacialidades e seu desenvolvimento desigual, no que outros entenderiam como uma noção – mais limitada quanto a espaço – de contexto. “Uma vez que isso chama nossa atenção para a situação espacial (...) de

toda a interação e instituições humanas” (Miller, 2000, p.16), as feministas deveriam considerar *lugar*, especialmente na versão de Massey, como um adicional interessante para uma compreensão da posição e das “políticas de localização”.

ESTUDANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS MOVIMENTOS DE MULHERES TRANSNACIONAIS DO PONTO DE VISTA DA ESCALA

Adotar uma abordagem de *escala* significa que a dimensão transnacional não pode ser considerada por analistas como preexistente à ação de movimento. A escala transnacional não está aí disposta apenas para ser usada: como qualquer outra escala de ação coletiva (ver Masson, 2005), ela tem de ser construída, material e discursivamente, para possibilitar a ação dos movimentos sociais e dos movimentos de mulheres. A transnacionalização envolve todas as relações sociais que constituem a ação coletiva, que devem ser estendidas para além dos limites nacionais e concretamente estabelecidas de modo mais ou menos institucionalizado para conectar os participantes transnacionais (indivíduos e organizações) por extensões espaciais mais amplas que as anteriores, a fim de habilitar uma ação política além das fronteiras. Se a *escala* for uma dimensão de *processo*, então os processos cruciais da ação coletiva, como organização, mobilização e reivindicação de um movimento têm de ser construídos, na sua materialidade assim como no discurso, em escala transnacional. Essas observações indagam exatadamente, como a escala transnacional, na diversidade de suas representações, é material e discursivamente construída pelos atores dos movimentos de mulheres.

O fato de considerar a construção do transnacional como uma escala de ação do movimento social envolve, em sua esteira, muitas linhas de investigação. Uma delas, extremamente importante, é certamente a dos problemas práticos da transnacionalização. Por exemplo, Moghadam (2005), no seu estudo sobre redes feministas

transnacionais, aponta para a questão dos recursos humanos e financeiros (muito necessários), e, em particular, para as políticas e limitações ligadas ao financiamento, assim como à profissionalização das redes de movimentos transnacionais e suas prováveis conseqüências. Porém, dentro da literatura geográfica sobre a transnacionalização e os movimentos sociais, as interrogações principais estão mais especificamente relacionadas às dificuldades e dilemas que se originam no aumento da extensão espacial das relações materiais e discursivas constitutivas da ação coletiva. Entre as perguntas trazidas pela abordagem da escala, destacam-se as seguintes: quais as dificuldades e dilemas “da organização política através de vastas extensões geográficas?” (Johnston, 2003, p. 93); quanto “às contradições, restrições e compromissos bastante complexos”, associados ao reescalamento das estratégias e organização do movimento, para incluir a escala supranacional? (Feldman, 2002, p. 42); como as relações entre as diferentes escalas de atividade do movimento social estão sendo reorganizadas através da transnacionalização, e quais são os “problemas” – relacionados – “de efetuar políticas entre escalas geográficas diferentes?” (Routledge, 2003, p. 333; Conway, 2005); quanto ao papel do *lugar*, que diferença o *lugar* determina nas estratégias transnacionais? (Conway, 2005; Routledge, 2003; Soyez, 2000; Featherstone, 2003); o que acontece com as questões e reivindicações dos movimentos quando eles “sobem na escala” para o transnacional? (Arts, 2004); e, quais as dificuldades ou limites de escalas para construir solidariedade através das fronteiras e sobre elas? (Johnston, 2003).

Propomos reordenar a nossa análise restante sobre a relevância de uma abordagem de *escala* para a transnacionalização nos movimentos de mulheres e dos movimentos sociais a partir da focalização em três processos, a saber: a) a organização transnacional; b) a ação transnacional; e c) a reivindicação ou, mais precisamente, a construção de reivindicações transnacionais.

As espacialidades na organização de movimentos transnacionais

Tarrow define os movimentos sociais transnacionais como “interações contenciosas contínuas com oponentes – nacionais ou não – através de redes conectadas de desafidores, organizadas além dos limites nacionais” (Tarrow, 1998, p. 184 *apud* Dufour; Giraud, 2004, p. 3). Essa formulação sugere que a definição de “transnacional” na organização de movimentos tem um caráter transfronteiriço das conexões estabelecidas entre os desafidores. Sem entrar em distinções entre internacionalismo e transnacionalismo, ou entre redes e organizações de movimentos transnacionais, a organização transnacional pode ser, assim, temporariamente definida como a institucionalização de estruturas organizacionais que reúnem os participantes através de fronteiras nacionais em torno de uma agenda comum. Ao se tornarem transnacionais, os movimentos “sobem na escala”, e, ao fazê-lo, encontram novos desafios, e, argumenta-se às vezes, passam por mudanças qualitativas. A aplicação genérica do termo “transnacional” para todas as formas de organizações transfronteiriças, nesse sentido, tem algumas justificativas teóricas. De um ponto de vista geográfico, porém, esse uso genérico tende a ofuscar a grande variedade dos modos pelos quais redes e organizações transfronteiriças “constroem a escala transnacional” por meio de seus desenvolvimentos espaciais.

A *Associação de Mulheres da Região Mediterrânea* (AMWR – sigla em inglês), por exemplo, “une as mulheres da Albânia, Argélia, Chipre, Egito, França, Gibraltar, Grécia, Israel, Líbano, Líbia, Malta, Marrocos, Palestina, Espanha, Síria, Tunísia, Turquia e Sérvia” (Moghadam, 2005) ao redor de uma série de questões. A missão da AMWR é regional (2005, p. 174) – seu desenvolvimento espacial é limitado pela construção discursiva da área “Mediterrânea” como uma escala supranacional de identificação política. *Mulheres que Vivem Sob Leis Islâmicas* (WLUML – sigla em inglês) reagrupa mulheres e indivíduos de “comunidades e países

muçulmanos” e mantém “três escritórios de coordenação – um escritório de coordenação internacional na Europa, um para a Ásia no Paquistão (Shirkat Gah) e outro na Nigéria (Baobab) para a África.” (Moghadam, 2005, p. 162-163). Os membros e a ação da WLUML alcançam três continentes e têm por objetivo unir uma diversidade de *lugares* não-contíguos, definidos por sociedades islâmicas institucionalizadas. O *Lobby das Mulheres Européias* (EWL – sigla em inglês) (Helfferich; Kolb, 2000) e *Mulheres em Desenvolvimento na Europa* (WIDE – sigla em inglês) (Moghadam, 2005), por sua vez, recrutam afiliadas nos Estados-membros da União Européia, na medida em que tentam influenciar a criação de políticas nas instituições comunitárias. O desenvolvimento de escala da EWL e da WIDE está, assim, intimamente ligado ao alcance da escala do espaço do Estado supranacional, que é seu objetivo político principal, e está destinado a se expandir à medida que a própria UE se expande, incluindo mais Estados-membros. Esses exemplos, como também o de outros de redes feministas transnacionais – tais como a *Organização para as Mulheres de Pesquisa e Recursos da Ásia-Pacífico*, a *Rede de Saúde das Mulheres da América Latina e Caribe* (Moghadam, 2005, p. 8,11), ou a *Rede Centro-Americana de Mulheres em Solidariedade com os Trabalhadores de Fábricas Maquiladoras* (Mendez, 2002) – sugerem a existência de uma grande variedade de espacialidades distintas na organização transnacional dos movimentos de mulheres.

Esses poucos exemplos demonstram amplamente que o que chamamos de escala transnacional de organização dos movimentos sociais existe, na realidade, por uma diversidade de exemplos de *escalas* e de *espaços*. Os atores coletivos transfronteiriços variam bastante na origem geográfica de seus participantes, nas extensões espaciais que atravessam, no alcance espacial dos seus objetivos e nos lugares que os unem. A idéia de que a *escala* é construída e que os movimentos sociais constroem ativamente as suas escalas de organização de acordo com sua própria lógica – às vezes inventando escalas radicalmente novas de

prática política (Brenner, 2001, p. 594; Conway, 2005, p. 2) – abre a possibilidade de que lógicas diferentes de associação resultem em uma série de desdobramentos organizacionais espaciais: o que chamamos de necessidades “transnacionais” precisa ser explicado. Se as redes feministas transnacionais podem escolher e organizar-se em uma escala que reflete os espaços estatais supranacionais a que visam (a escala da UE, a escala da ONU), nem sempre refletem a escala de instituições políticas supranacionais. As organizações transnacionais de mulheres também podem desenvolver-se, como mostram os exemplos acima, de acordo com lógicas radicalmente diferentes, com implicações de escalas diferenciadas em termos de extensão, cobertura e limitação – por exemplo, hemisférico, continental, regional, mundial ou trans-local. Uma abordagem de *escala* sugere, assim, que se avaliem tais “variedades de transnacionalismos”, e que se investiguem as lógicas diversas que conformam as espacialidades concretas das organizações transnacionais dos movimentos de mulheres.

Outra questão central trazida pela abordagem de *escala* da organização dos movimentos transnacionais diz respeito à desigualdade de acesso e participação de pessoas de diferentes *lugares* na escala transnacional (entendida genericamente) do ativismo. Uma das características que se destacam, nas redes transnacionais, como sugerido por Flusty, pode residir na irregularidade da dispersão espacial de seus participantes (2004, p. 10). Estudando a rede *Indymedia*, Mamadouh nota

que, apesar de seu alcance verdadeiramente global, a rede está mais arraigada em alguns lugares que outros. Todos os continentes estão representados, mas a distribuição é particularizada. (...) [com] três quartos (96) dos locais para o Norte global (2004, p. 493).

Na medida em que a transnacionalização envolve a organização através de vastas extensões geográficas, ela requer dos participantes das redes e organizadores dos movimentos a solução dos problemas causados pela distância: a transnacionalização precisa de capacidades de compressão tempo-espaço. Essa última se refere à con-

tração de tempo (através do aumento da velocidade) e espaço (através do aumento da mobilidade) possibilitada pelos recentes desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e políticos. Contudo, como Massey habilmente nota, “a compressão de tempo-espaço não aconteceu para todo o mundo em todas as esferas de atividade.” Há, segundo ela, uma “geometria de poder da compressão tempo-espaço” que precisa ser diferenciada social e espacialmente (1994, p. 148, 149).

As maneiras para realizar a compressão tempo-espaço estão distribuídas desigualmente entre as pessoas e lugares. Em relação à capacidade de usar a Internet para ativismo transnacional na Idade da Informação, Mamadouh, por exemplo (2004, p. 489), aponta para a (bem-documentada) existência da “divisão digital por gêneros”, assim como para uma “divisão tecnológica” entre seus participantes comuns e técnicos e para uma divisão espacial “entre um Norte inserido no mundo digital e um Sul pouco inserido no mundo digital.” Este último, evidentemente, se exaure na desigualdade geográfica da rede *Indymedia*, e também na rede transnacional do Zapatismo estudada por Johnston, formando diferenciais de poder entre o “acesso fácil por parte de uma elite privilegiada a uma rede de informação eletrônica e as lutas *Chiapanecas* onde os participantes são principalmente indígenas e não têm acesso a computadores” (2003, p. 96). Além disso, diferenças nos meios de mobilidade física entre um grupo cosmopolita de “ativistas *globais* móveis” – que desfrutaram dos privilégios de recursos financeiros e da habilidade e liberdade de viajar internacionalmente – e os participantes mais fixos, reais ou potenciais, também foram percebidos em estudos de organizações de redes e movimentos transnacionais (Routledge, 2003; Johnston, 2003; Conway, 2005), assim como na organização de movimentos transnacionais de mulheres (Basu, 2000a *apud* Desai, 2002, p. 31).

Assim, o *lugar*, mas também a *posição nessas lugares* – como existem elites no Sul e “outros” desprivilegiados no Norte – desempenham um papel na formação de uma série de diferenciais de poder que têm conseqüências sobre a organização

de movimentos transnacionais em termos de densidade de rede e dispersão espacial e em termos do alcance de escala das redes e do tipo de lugares que são conectados. Esses diferenciais de poder também têm conseqüências sobre quem pode participar de redes e eventos transnacionais. Como nota Manisha Desai, as

mulheres do Norte e as mulheres educadas do Sul são mais dominantes nas ONGs e redes internacionais que as mulheres mais pobres. Das trinta mil mulheres presentes em Pequim, mais de oito mil eram apenas dos Estados Unidos. (2002, p. 31).

O *lugar*, ou mais exatamente a *posição ocupada* em lugares diferenciados social e geograficamente, levanta claramente questões de acesso e participação, sugerindo a existência e a necessidade de se pesquisar sobre os limites espaciais e de escalas na organização transnacional do movimento de mulheres.

O caráter de escalas múltiplas da ação e organização transnacional

As *escalas*, de acordo com o que os geógrafos políticos e humanos nos falam, não são entidades discretas que podem ser estudadas separadamente. Como percebe Brenner, em uma passagem bastante citada,

o significado, função, história e dinâmica em qualquer escala geográfica só pode ser entendida relacionalmente, em termos de suas ligações superiores, inferiores e de mesmo nível com outras escalas geográficas situadas dentro de hierarquias de escalas complexas e redes de interescalas dispersas (2001, p. 605).

Em resumo, as escalas estão inter-relacionadas. Os processos relativos aos movimentos sociais, como sabemos, não estão limitados apenas a uma escala. Os movimentos sociais se organizam e agem em uma variedade de escalas cujo crescimento, na organização transnacional, é só o mais recente exemplo. O que é importante”, Mamadouh *et al.* argumentam, “é entender a coexistência de escalas múltiplas” (2004, p. 457).

Embora a organização de movimentos transnacionais possa certamente envolver a existência de “SMOs (sigla em inglês para *Organizações de Movimento Sociais*) profissionais”, que existem e agem somente em contextos supranacionais, as organizações de movimentos transnacionais, especialmente em sua forma de redes, envolvem, tipicamente, mais de uma escala organizacional. Routledge sugere que as redes estejam “inseridas em lugares diferentes em uma variedade de escalas espaciais” através de suas organizações-membro, que se tornam “links de comprimento variado na rede”. Além disso, as “diferentes escalas geográficas (global, regional, nacional, local)” das partes constituintes de uma rede, e a própria rede, escreve Routledge, “são mutuamente constitutivas” (2003, p. 336). Dentro da literatura em geografia sobre escalas e movimentos transnacionais, o estudo de caso de Mamadouh (2004) sobre a *Indymedia* revela a organização de escalas múltiplas e o caráter mutuamente constitutivo das escalas dessa rede. Embora sem adotar a abordagem de *escala*, o estudo empírico de Mendez, da *Rede Centro-Americana de Mulheres em Solidariedade com os Trabalhadores de fábricas Maquiladoras*, é ainda mais útil, ao proporcionar um exemplo empírico de como as redes transnacionais de movimentos de mulheres podem ser vistas como exemplos de organizações de escalas múltiplas constitutivas mutuamente. A rede é composta das organizações de mulheres autônomas da Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador (2002, p. 121). Enquanto a própria Rede se ocupa de políticas de informação, disseminando dados sobre “o que acontece atrás das portas fechadas das fábricas Maquiladoras” (p. 130), esse trabalho só pode se desenvolver a partir do envolvimento de seus grupos-membros que, localmente, monitoram as condições de trabalho, violações de direitos humanos e processos de trabalho das maquiladoras. Grupos-membros também organizam programas locais para trabalhadores de Maquiladoras sobre o trabalho nessas empresas, seus direitos civis e humanos, assim como sobre violência e abuso sexual. O material produzido

circula nas reuniões da Rede e, desse modo, é compartilhado, ficando disponível para outros grupos-membros. As atividades da Rede e de seus grupos-membros são, assim, profundamente imbricadas e, além disso, nutrem-se umas às outras e são dependentes umas das outras – o que é um elemento relevante do que significa ser *mutuamente constitutivo*.

Pensar em organização transnacional e ação, a partir do ponto de vista da escala múltipla em lugar de uni-escala, dirige nossa atenção para explorar os vínculos entre “o transnacional” e outras escalas de atividade dos movimentos sociais. Qual a morfologia de escala das formas de organizações transfronteiriças que estudamos, quando analisamos a organização de movimentos transnacionais? Como a organização transnacional envolve relações com outras escalas? Que tipo de ligações, que divisão do trabalho, que tipo de dinâmicas e arranjos de interescalas estão em jogo nestas relações? Que tensões internas, se existem, e que tipos de políticas de movimento podem surgir daí?

Além disso, a ação de redes e organizações transnacionais é, ela própria, frequentemente de escalas múltiplas: elas se ocupam em reivindicar (fazer *lobby*), protestar e colaborar em diversas escalas. Por exemplo, a rede *Indymedia*

busca atingir agências em escalas diferentes. Algumas são locais (municípios privatizando companhias de água, por exemplo); outras são globais, variando desde agências mundiais como a *Organização Mundial de Comércio* (WTO – sigla em inglês) e o *Banco Mundial* até agências regionais como a UE, NAFTA e ALCA e às vezes até mesmo de um Estado (i.e. os Estados Unidos) (Mamadouh, 2004, p. 493).

Artes (2004) argumenta que aquelas ONGs transnacionais, “como o Greenpeace, Fundo Mundial para Natureza, Pax Christi, Oxfam e Anistia Internacional se tornaram *players* políticos efetivos em diferentes níveis de governo: local, regional, nacional e internacional.” (2004, p. 499). As redes transnacionais de mulheres, diz Moghadam, buscam, simultaneamente, “estruturas locais, governos nacionais e instituições globais” (2005, p. 20). Um caminho interessante para pesquisa sugere

rido por esses resultados seria indagar até que ponto e de que modos as organizações dos movimentos transnacionais de mulheres estão comprometidas com ações de escalas múltiplas. Que tipo de estrutura (e de recursos) organizacional pode apoiar ou dificultar as atividades de escalas múltiplas? Como as partes componentes das redes e organizações feministas transnacionais estão envolvidas em fazer trabalhos transnacionais – a partir de suas posições de inserção local, nacional, ou continental? Que tipo de dificuldades a realização desse ativismo em escalas múltiplas encontra? E qual sua efetividade?

A literatura sobre movimentos, escala e transnacionalismos também aponta para o caráter de escalas múltiplas de uma série de eventos transnacionais. As caravanas e campanhas globais, como as organizadas pela *Ação Popular Global* (Routledge, 2003), protestos e demonstrações ocorridas por ocasião das reuniões de cúpula, como a realizada contra a *Conferência Ministerial da OMC*, de 2003, em Cancun (Mamadouh *et al.*, 2004), conferências como o *Fórum Social Mundial* (Conway, 2005) criam “espaços de convergência” (Routledge, 2003), onde as escalas do local e do global, do nacional e do transnacional, do regional e até mesmo a do corpo individual (Mamadouh *et al.*, 2004, p. 455) são unidas através de políticas de escalas múltiplas. Esses eventos, nos quais os ativistas podem participar, “a despeito da escala espacial na qual operam,” Conway sublinha, são “uma diferença digna de nota da prática das reuniões patrocinadas pelas Nações Unidas” que privilegiam a representação de base nacional, assim como “práticas de coalizão convencionais”, que ressaltam “a colaboração entre grupos em escalas equivalentes” (Conway, 2005, p. 8). *Dias de ação* transnacionais, nos quais protestos ou outras iniciativas políticas acontecem simultânea ou consecutivamente, “em locais diferentes no globo” (Routledge, 2003, p. 341), também funcionam como espaços de convergência que “facilitam uma mistura de escalas de ação política” (p. 356) nos discursos e práticas de organizações participantes de diferentes bases – em relação ao *espaço, escala e lugar*. Os eventos relacionados à *Marcha Mundial das Mulheres*, em 2000, ou à *Car-*

ta das Mulheres pela Humanidade, de 2005, ofereceriam às pesquisadoras feministas uma excelente oportunidade para essa análise em termos de *escala múltipla*. Como essas interações e misturas entre as escalas de ação feminista foram facilitadas por esses eventos? Com que tipos de conseqüências, para os participantes e para os organizadores? E para os resultados e o curso do evento?

Finalmente, levar a cabo e sustentar políticas de *escalas múltiplas* transfronteiriças – sejam elas em formato de rede, coalizão ou evento – não se faz, porém, sem que surjam alguns problemas de análise. Em grande parte, esses problemas têm a ver com reunir e coordenar atores de movimento sociais ligados a escalas diferentes de organização. “Surgem dilemas geográficos na tentativa de seguir políticas de escalas múltiplas”, escreve Routledge, “porque os ativistas tendem a ser mais ligados aos movimentos locais, nacionais ou regionais nos quais as suas lutas estão inseridas do que às redes internacionais” (2003, p. 343). Como mostra esse autor no caso da *Ação Popular Global*, em um contexto de recursos limitados (tempo, energia e finanças), os imperativos imediatos das lutas cotidianas e baseadas no *lugar* podem se ombrear pouco comodamente com compromissos paralelos ao compromisso transnacional. Dufour e Giraud fazem comentários semelhantes em seu estudo sobre a *Marcha Mundial das Mulheres*, em 2000, destacando algumas das tensões e dificuldades práticas (2004, p. 31) que surgem para militantes de base, dessas tentativas de organização e mobilização em escalas múltiplas.

Transnacionalizando quadros referenciais de ação coletiva

Os *quadros referenciais da ação coletiva* são matrizes discursivas construídas por atores dos movimentos sociais para entender as relações sociais e dotá-las de significado com o propósito de orientar a ação. “Os quadros de ação coletiva (...) (a) constroem uma queixa social definindo uma condição existente como injusta (*nome*), (b) atri-

buem culpa para a queixa, identificando um objetivo de resposta coletiva (*culpa*) e (c) sugerem respostas ou soluções à queixa (*reivindicação*)” (Kurtz, 2003, p. 894, itálicos da autora). Um dos argumentos principais da literatura de geografia sobre *escala* e movimentos sociais é a inserção de tais construções nas especificidades do *lugar*. À medida que as relações sociais de gênero, classe, etnia, etc. se desenvolvem no tempo e espaço, elas formam *os lugares* através de “misturas de relações sociais mais locais e amplas”, camadas e articulações distintas, como vimos em Massey (1994, p. 156). Ao fazê-lo, essas relações produzem realidades materiais que são tanto semelhantes, no sentido de estarem ligadas a processos semelhantes, quanto diferentes na especificidade de suas exemplificações históricas e geográficas. O *lugar* importa para as políticas dos movimentos, por um lado, por causa das diferentes realidades a partir das quais e sobre as quais os atores coletivos estão inseridos e, por outro lado, como diz Soyez, porque são produzidos discursos nos quais as questões se enquadram dentro de “atribuições de significados geograficamente diferenciadas”. Para capturar essas variações, ele oferece a noção de “formações de discurso regionais” (2000, p. 12, 13) ancorada nas especificidades culturais e materiais do *lugar* (como uma unidade espacial de análise que não é limitada ao *local*). Um argumento semelhante é desenvolvido por Miller (2000, p. 171), ao dizer que aquelas “circunstâncias específicas de lugar” conduzem à construção de quadros de ação coletiva – de construção de identidade, identificação de problemas, análises diagnósticas e processos de reivindicação – “que variam de lugar para lugar” (p. 60). Se os enquadramentos forem baseados no *lugar*, segue-se que não se pode esperar que “sejam igualmente eficazes em todos os lugares” (p. 23).

Para a literatura acadêmica de geografia sobre os movimentos transnacionais sociais e a *escala*, as perguntas analíticas que surgem quando os atores coletivos “sobem na escala” e se ocupam de alianças transnacionais são, assim, “o que de fato acontece quando sócios distantes que cresceram em regiões com formações de discurso totalmente

diferentes entram em contato uns com os outros?” (Soyez, 2000, p. 13). Como as redes e organizações transnacionais negociam a constituição espacial cada vez mais estendida, enquadramentos discursivos em escala cada vez maior, com os atores de movimento baseados nos lugares que constituem essas redes e organizações, ou participam de eventos transnacionais? E com relação às questões mais estratégicas, como achar uma área de concordância e como “efetivamente criar comunidades alternativas imaginadas de solidariedade (...) quando a escala é ampliada até esta extensão?” (Johnston, 2003, p. 94)

Quando os atores coletivos “evoluem” e “tornam-se transnacionais”, produzem construções discursivas qualitativamente diferentes, que tentam tornar mútuas as reivindicações e identidades baseadas *no lugar*, resistentes ao tempo, colocando-as em uma escala mais alta – supranacional, internacional, global, planetária, etc. Por exemplo, Feldman (2002) mostra como a transnacionalização de ação coletiva por grupos indígenas foi acompanhada por uma reconstrução de escala e uma redefinição dos atores e organizações relevantes para a sua ação. Contudo, há tensões e problemas intrínsecos, associados com a tentativa de “representar as necessidades, interesses e visões de uma variedade tão grande e diversa de povos”, (2002, p. 36) sejam eles *Povos Indígenas do Mundo*, mulheres do mundo, ou qualquer outra jurisdição ampla que se estenda por uma grande variedade de coletividades diversamente localizadas. Na literatura geográfica destacam-se duas dificuldades: uma relacionada ao efeito de diferenciais de poder na representação, e o outro à dinâmica de desenvolver construções transnacionais com atores de lugares diferentes e entre eles.

Em primeiro lugar, a existência de quadros transnacionais unificados no setor dos movimentos sociais, do “*Nós somos todos Marcos*”, da *Rede de Zapatismo* (Johnston, 2003), ao “*Feminismo Global*” das redes feministas transnacionais estudadas por Moghadam (2005), tende, sugere Johnston (2003), a obscurecer as relações de poder entre os participantes. Como destacado previamente

neste artigo, os diferenciais de poder resultam em participação e acesso desiguais à organização transnacional do movimento. Essas desigualdades têm uma relação direta com a construção de reivindicações nas redes e organizações transnacionais: elas determinam, na prática, que vozes estão em posição de contribuir com os processos de construção do enquadramento transnacional. Além de afetar a participação, os diferenciais de poder e as diferenças de recursos organizacionais podem localizar os participantes reais “de modos distintos (mais ou menos poderosos) em relação aos fluxos e às interconexões envolvidas no funcionamento das redes de resistência transnacionais” (Routledge, 2003, p. 337). Essas observações se dirigem diretamente a questões de marginalização e domínio discursivo. Que vozes são ouvidas? Que vozes são ignoradas ou silenciadas? Que reivindicações são incluídas ou excluídas? O que se torna exatamente mútuo e sob que condições? Essas perguntas soam bastante familiares a feministas, sintonizadas nas mais recentes décadas com as questões de diferença e de fontes de poder a partir de práticas relativas às posições e à construção da alteridade.

Em segundo lugar, os trabalhos de Conway (2005) e Featherstone (2003) mostram claramente como o *lugar* tem um papel nas construções transnacionais. Para Conway, a transferência do *Fórum Social Mundial* (FSM), de Porto Alegre para Mumbai, e a multiplicação de fóruns sociais em uma série de escalas ilustram a “significância da territorialidade do (...) evento em determinar quem participou, em que números, os temas, assuntos e alternativas em discussão, e o horizonte de possíveis futuros” (p. 4). Além do fato da notável presença de movimentos indianos de pessoas pobres, povos indígenas e *intocáveis*, no evento de Mumbai, ter transformado consideravelmente o caráter da participação no FSM, saindo da situação prévia “de participantes de pele clara de classe-média e não-pobres” (p. 10). Essa participação “forçou que questões ecológicas fossem colocadas no centro” de uma agenda que, até ali, tinha privilegiado questões de justiça econômica e comércio justo. Isso também trouxe, para o primeiro plano,

questões de direitos de subsistência e identidade religiosa e desafiou os discursos de modernização compartilhados pela maioria dos participantes antiglobalização de Primeiro Mundo. “O vocabulário político da Carta de Princípios do FSM”, escreve Conway, foi enriquecido consideravelmente em Mumbai, com “a inclusão de patriarcado, militarismo, trabalho, racismo, estratificação e comunitarismo religioso” (p. 10).

Conway fala muito pouco das dinâmicas políticas que acompanharam essas transformações do enquadramento transnacional do FSM, em Mumbai. Outros trabalhos sugerem que existe uma tensão clara entre a origem dos atores coletivos de lugares locais, regionais ou nacionais e o alcance e escopo verdadeiramente transnacionais (idealmente) desejados a partir das construções transnacionais. Featherstone (2003) focaliza explicitamente essas tensões e seus efeitos na transnacionalização de identidades e reivindicações entre os participantes da *Caravana Intercontinental para Solidariedade e Resistência*, em 1999. Com um contingente de quatrocentos representantes, a *União dos Fazendeiros do Estado de Karnataka* articulou entendimentos de globalização neoliberal e identidades indianas nacionalistas que não “permitiram que identificações positivas fossem construídas com outros que lutavam contra geometrias de poder semelhantes” (em particular com o Nepal) (p. 415). Contudo a colocação de ativistas indianos permitiu que construções mais produtivas fossem compartilhadas, por exemplo, em torno da questão das sementes geneticamente modificadas. Adotar o *slogan* “*Nenhuma patente sobre a vida*” permitiu à Caravana como um todo se distanciar de preocupações européias anteriores, baseadas na “ameaça de misturar” e outras distorções da imaginária “pureza das plantas”, maculada por uma subcorrente da eugenia (2003, p. 416). Reunir uma constelação de atores, reclamações e visões de mundo geograficamente colocados é “uma condição de possibilidade para estas alianças transnacionais”, conclui Featherstone, enquanto, ao mesmo tempo, “exerce [...] pressão na formação de solidariedades.” (2003, p. 404)

Esses exemplos sugerem que um foco mai-

or sobre o papel do *lugar* nas construções transnacionais ampliaria uma análise feminista, como a de Giraud (2001), que brilhantemente destaca os desafios de construir uma plataforma política consensual na organização da *Marcha Mundial das Mulheres*, em 2000, para representar “as necessidades jurídicas, políticas, econômicas e sociais das mulheres do mundo” (p. 147). Esses exemplos também sugerem que as posições de privilégio de atores, baseados no Primeiro Mundo, relativas à compressão tempo-espacial e recursos organizacionais, nem sempre se traduzem necessariamente em domínio discursivo. Na organização da *Marcha Mundial das Mulheres*, em 2000, as mulheres do Sul não eram as vozes mais “fracas” em uma dinâmica complexa de aliança e acordos que acabaram por diluir ou mesmo silenciar os elementos mais radicais do projeto feminista de Primeiro Mundo – contracepção, aborto e direitos de lésbicas (Giraud, 2001, p. 147, 149). Apesar de outros casos falarem do domínio do Primeiro Mundo (Hrycak, 2002), deve-se reconhecer que os diferenciais estruturais de poder não têm caráter determinista. Análises empíricas da produção de construções transnacionais feministas, assim, não podem supor domínio do Primeiro Mundo. Routledge ainda argumenta que

alianças internacionais bem sucedidas têm de negociar entre uma ação que está profundamente inserida no lugar, isto é, experiências, relações sociais, por um lado, e condições de poder locais e uma ação que facilite coalizões transnacionais amplas, por outro (2003, p. 336).

Essas negociações, é importante lembrar, podem se desenvolver de várias maneiras. Os enquadramentos transnacionais existentes tanto podem ser o resultado de “difusão desimpedida”, “mixagem” ou “hibridização”, quanto da “adoção voluntária ou imposta”, “conflito”, “marginalização ou exclusão” (Soyez, 2000, p. 14). Assim, as análises feministas do desenvolvimento de construções transnacionais deveriam questionar a produção da hegemonia e de acordos nesses encontros entre mulheres de diferentes perspectivas, interesses, posições e lugares. Além disso, as inovações estratégicas, que incluem a formação de pontes atra-

vés de políticas de diferença e reconhecimento (Johnston, 2003; Routledge, 2003; Conway, 2005), assim como o histórico dinâmico de interação, respeito e aprendizagem mútua entre atores de movimento de lugares diferentes também devem ser considerados na análise de continuidades e mudanças nos enquadramentos feministas transnacionais.

Finalmente, a partir das observações feitas sobre o papel do *lugar*, e à luz do que parece constituir-se na dificuldade de tratamento das construções baseadas no *lugar* para a produção de enquadramentos transnacionais, não podemos supor imediatamente que as construções transnacionais feministas existentes podem permitir-se “transcender” completamente os particularismos baseados no lugar como Moghadam, (2005) gostaria que acreditássemos. Que essa transcendência existe é uma questão empírica que as construções dos temas relativos a mulheres, baseadas no “feminismo global” ou nos “direitos humanos”, não deveriam negligenciar. Antes que essa transcendência – ou que construções verdadeiramente “universais” – seja garantida e efetivamente possível na escala transnacional, essa deveria ser uma questão aberta e amplamente debatida.

CONCLUSÃO

A *escala* – isso deve estar agora claro – não equívale à noção de *nível*. Enquanto as compreensões de *escala* procedem de um campo mais sofisticado da teoria, a noção de *nível* é, freqüentemente, deixada sem teorização. Normalmente, ela se refere implicitamente a algum tipo de patamar de “planos” fixos, nos quais as políticas e as negociações dos movimentos sociais aparecem dentro de compromissos políticos mais amplos ou, alternadamente e mais estreitamente, refere-se “a ordenações verticais de unidades político-administrativas interdependentes” (Arts, 2004, p. 501), relacionadas a várias formas e tipos de “espaços estatais”.⁶ Na

⁶ Na concepção de Brenner (2004), “espaços de estado” abrangem uma série de espaços de regulamentação política e governança e, assim, estão longe de estar limitados ao Estado-nação.

primeira acepção do termo, pensar em termos de *níveis* não permite evocar a idéia de extensão e contração dos processos e relações sociais que são conceituados pela *escala*. *Nível*, como aparece em algumas análises, não é um conceito geográfico e, portanto, não pode capturar os desenvolvimentos espaciais e suas implicações. Porém a noção de *nível* pode permanecer útil em sua acepção mais estrita – quer dizer, como um elemento numa ordenação de unidades de governo ou governança – onde pode ser reunido (mas não confundido) com *escala*. Movimentos sociais transnacionais e os movimentos de mulheres transnacionais se dirigem a *níveis* diferentes de governo (ou governança). Como qualquer outro processo, os processos políticos de governo e governança se desenvolvem em expansões espaciais variáveis e interligadas. Há, assim, uma dimensão de escala para essas unidades político-administrativas que, às vezes, chamamos de *níveis*: elas vêm com suas próprias escalas de regulamentação. Contudo, representar a constituição dos diferentes níveis de regulamentação político-administrativa (com diferentes implicações esperadas, por conseguinte, em termos da escala de resultados) é apenas parte do que fazem os eventos, redes e organizações transnacionais dos movimentos de mulheres.

Neste artigo, com apoio em recentes desenvolvimentos da geografia política e humana, explorei e tentei esclarecer como pensar em termos de *escala* poderia contribuir para construir uma agenda de pesquisa que estude a transnacionalização nos movimentos de mulheres. Que questionamentos são feitos sobre os movimentos sociais e a transnacionalização, quando os cientistas sociais analisam seus objetos de uma perspectiva construtivista de *escala*? Que linhas de pesquisa esse fenômeno sugere para pesquisadores que poderiam estar interessados em abordar a transnacionalização dos movimentos de mulheres do ponto de vista da *escala* (além do espaço e do lugar)? Usando essa literatura e alguns exemplos selecionados dos trabalhos feministas atuais sobre organizações transnacionais de mulheres, tentei dar corpo a essas questões e demonstrar tanto sua relevância quanto seu interesse.

A seguir, resumo brevemente essa agenda de pesquisa. Sugeri que desenvolver uma abordagem de *escala* para o estudo da transnacionalização dos movimentos de mulheres significa considerar os diferentes processos constitutivos da ação coletiva – organização, ação, reivindicação – à medida que esses processos se estendem sobre fronteiras e por extensões cada vez mais abrangentes de espaço, assim como levar em conta as dificuldades e dilemas que surgem quando isso acontece. Aceitar a visão construtivista de *escala*, da geografia política e humana, implica que essa pesquisa não pode confiar em uma concepção da escala transnacional como fixa ou pré-determinada para a ação do movimento social. Uma vez que a *escala* não existe por si só, mas apenas como uma propriedade de processos, nossa análise atenta para os modos pelos quais os atores dos movimentos de mulheres se constroem na escala transnacional e, assim, constroem o próprio “transnacional” como uma escala da organização, da ação e da reivindicação dos movimentos de mulheres. Parafraseando Swyngedouw, nossa “prioridade [analítica], então, nunca reside em uma escala geográfica particular, mas antes no[s] processo[s] pelo[s] qual[is] escalas específicas se [...]constituem (1997b, p. 14).” A este respeito, sugiro, neste artigo, que nossa análise deveria investigar as dinâmicas históricas e os gatilhos da transnacionalização dos movimentos de mulheres em suas representações específicas, assim como na construção discursiva e material da escala transnacional da atividade de movimentos de mulheres, de modo a esclarecer as várias lógicas que respondem pelas amplas variações espaciais (e de escalas) percebidas no transnacionalismo desses movimentos. O papel do *lugar* e da *posição* para dar forma à densidade, dispersão, alcance e limites das organizações dos movimentos de mulheres transnacionais também precisa ser avaliado e documentado de modo mais exaustivo. Além disso, a transnacionalização não está acontecendo em um vazio, mas faz parte de um mundo de escalas múltiplas de organização e políticas de movimentos sociais. Uma parte da nossa agenda de pesquisa visa, assim, a explorar

os arranjos, interações, dinâmicas e dificuldades de interescaas, que estão envolvidos na vida e nas atividades organizacionais de organizações e redes feministas transnacionais. Ligações entre as escalas transnacionais e outras da luta de movimentos das mulheres precisam ser elucidadas, ao tempo em que iluminam o caráter dinâmico e variável das relações entre essas escalas. Finalmente, como os enquadramentos feministas de ação coletiva mudam à medida que os movimentos de mulheres não apenas “sobem na escala”, mas tentam integrar uma ordem cada vez mais ampla de elementos e membros interessados que estão baseados em lugar, identidades, queixas e reivindicações? Como a diferença é negociada? Que tipo de estratégias e relações de poder estão em jogo? E que tipos de resultados e (ou) conseqüências têm tais estratégias e relações de poder na produção de enquadramentos unificados na escala transnacional?

(Recebido para publicação em agosto 2006)

(Aceito em setembro de 2006)

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. The dramaturgical horizons: geographical scale in the reconstruction of Italy by the new Italian political parties, 1992-95. *Political Geography* v. 16, n. 2 p. 99-121, 1997.
- ARTS, Bas. The global-local nexus: NGOs and the articulation of scale. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* v. 95, n. 5, p. 498-510, 2004.
- BRENNER, Neil. Globalization as reterritorialisation: the rescaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies* v. 36, n. 3, p. 431-451, 1999.
- _____. The limit to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography* v. 25, n. 4, p. 591-614, 2001.
- _____. *New State Spaces. Urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CONWAY, Janet. The Empire, the movement, and the politics of scale: considering the World Social Forum. Paper prepared for the annual STUDIES IN POLITICAL ECONOMY CONFERENCE, “Towards a Political Economy of Scale”, York University, Feb. 3-5, 2005.
- DESAI, Manisha. Transnational solidarity. Women’s agency, structural adjustment, and globalization. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Eds.) *Women’s activism and globalization. Linking local struggles and transnational politics*. New York: Routledge, 2002. p. 15-33.
- DUFOUR, Pascale; GIRAUD, Isabelle. Transnationalisation des mouvements féministes: quels impacts sur la lutte des femmes? Le cas de la marche mondiale des femmes. Paper presented at the INTERNATIONAL CONFERENCE ON “Genre et militantisme”, University of Lausanne (Switzerland), nov. 26-27, 2004.
- FEATHERSTONE, David. Spatialities of transnational resistance to globalization: the maps of grievance of the Inter-Continental Caravan. *Transactions of the Institute of British Geographers* n. 28, p. 404-421, 2003.
- FELDMAN, Alice. Making space at the nations’ table: mapping the transformative geographies of the international indigenous peoples’ movement. *Social Movement Studies* v. 1, n. 1, p. 31-46, 2002.
- FLUSTY, Steven. *De-coca-colonization. Making the globe from the inside out*. New York and London: Routledge, 2004.
- GIRAUD, Isabelle. La transnationalisation des solidarités: l’exemple de la marche mondiale des femmes. *Lien Social et Politiques - RIAC* n. 45, p. 145-160, 2001.
- HELFFERICH, Barbara; KOLB, Felix. Multilevel action coordination in European contentious politics. The case of the European Women’s Lobby. Chapter prepared for IMIG, Doug; TARROW, Sidney (Eds.) *Contentious Europeans : protest and politics in an integrating Europe*. 2000. [xerog.].
- HEROD, Andrew. Labor’s spatial praxis and the geography of contract bargaining in the U.S. East Coast longshore industry, 1953-1989. *Political Geography* v. 16, n. 2, p. 145-169, 1997.
- HRYCAK, Alexandra. From mother’s rights to equal rights. Post-Soviet grassroots women’s associations. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Eds.) *Women’s activism and globalization. linking local struggles and transnational politics*. New York: Routledge, 2002. p. 64-82.
- JOHNSTON, Josée. ‘We are all Marcos’? Zapatismo, solidarity and the politics of scale. In: GORDON, Laxer; HALPERIN, Sandra (Eds.) *The global civil society and its limits*. New York: Palgrave MacMillan, 2003. p. 85-104.
- KURTZ, Hilda. Scale frames and counter-scale frames: constructing the problem of environmental injustice. *Political Geography* v. 22, p. 887-916, 2003.
- LEY, David. Transnational spaces and everyday lives. *Transactions of the Institute of British Geography* v. 29, p. 151-164, 2004.
- MACLEOD, Gordon; GOODWIN, Mark. Space, scale and state strategy: rethinking urban and regional governance. *Progress in Human Geography* v. 23, n. 4, p. 503-527, 1999.
- MAMADOUH, Virginie. Internet, scale and the global grassroots: geographies of the Indymedia network of independent media centers. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* v.95, n. 5, p. 482-497, 2004.
- _____; KRAMSCH, Olivier; VAN DER VELDE, Martin. Articulating local and global scales. *Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie* v. 95, n. 5, p. 455-466, 2004.
- MASSEY, Doreen. A global sense of place. In: _____. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p.146-156.
- MASSON, Dominique. Constructing Scale/Contesting Scale : Women’s Movement and Rescaling Politics in Québec. Paper presented to the annual CONFERENCE OF STUDIES IN POLITICAL ECONOMY, TOWARDS A POLITICAL ECONOMY OF SCALE, February 3-5, 2005, York University, Toronto. <www.carleton.ca/polecon/scale/masson.pdf. 2005-06-08>.
- MENDEZ, Jennifer Bickham. Creating alternatives from

- a gender perspective. Transnational organizing for Maquila worker's rights in Central America. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Eds.) *Women's activism and globalization. Linking local struggles and transnational politics*. New York: Routledge, 2002. p. 121-14.
- MILLER, Byron. Political action and the geography of defense investment: geographical scale and the representation of the Massachusetts miracle. *Political Geography* v. 16, n. 2, p. 171-185, 1997.
- _____. *Geography and Social Movements. Comparing Antinuclear Activism in the Boston Area*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- _____. Is scale a chaotic concept? Network and scalar dynamics of social struggle. Paper presented at the CONFERENCE TOWARDS A POLITICAL ECONOMY OF SCALE, York University, February 3-5, 2005.
- MOGHADAM, Valentine M. *Globalizing Women. Transnational Feminist Networks*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Eds.) *Women's Activism and Globalization. Linking Local Struggles and Transnational Politics*. New York: Routledge, 2002.
- ROUTLEDGE, Paul. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. *Transactions of the Institute of British Geographers* n. 28, p. 333-349, 2003.
- SEWELL, William H. Jr. Space in contentious politics. In : AMINZADE, Ronald R. et al. (Eds.) *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001. p. 51-88.
- SILVERN, Steven E. Scales of justice : law, American Indian treaty rights and the political construction of scale. *Political Geography* n. 18, p. 639-668, 1999.
- SOYEZ, Dietrich. Anchored locally - linked globally. Transnational social movement organizations in a (seemingly) borderless world. *GeoJournal* n. 52, p. 7-16, 2000.
- SWINGEDOUW, Erik. Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, Roger; WILLS, Jane (Eds.) *Geographies of Economies*. London: Arnold, 1997a. p. 167-176.
- _____. Neither global nor local. 'Glocalization' and the politics of scale. In: COX, Kevin R. (Ed.) *Spaces of globalization. Reasserting the power of the local*. New York/London: The Guilford Press, 1997b. p. 137-166.
- TARROW, Sydney; McADAM, Doug. Scale shift in transnational contention. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sydney (Eds.) *Transnational protest and global activism*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2005. p.121-147.
- TOWERS, George. Applying the political geography of scale: grassroots strategies and environmental justice. *Professional Geographer* v. 52, n. 1, p. 23-36, 2000.
- WEBER, Clare. Women to women. Dissident citizen diplomacy in Nicaragua. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Eds.) *Women's activism and globalization. Linking local struggles and transnational politics*. New York: Routledge, 2002. p. 45-63.